



Ministério da Saúde  
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde  
Núcleo Jurídico da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

OFÍCIO Nº 904/2020/SAES/NUJUR/SAES/MS

Brasília, 14 de agosto de 2020.

Ao Senhor

**Jurandi Frutuoso Silva**

Secretário-Executivo

Conselho Nacional dos Secretários de Saúde - CONASS

SCS, Qd. 09, Bloco "C", Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "C", Sala 1105

CEP: 70.308-200 - Brasília/DF

conass@conass.org.br

**ASS.: Resposta ao Ofício nº 235/2020/CONASS – Revisão das Portarias nº 1.514/GM/MS (Hospital de Campanha) e 1.521/GM/MS (Habilitação de Leitos de Suporte Ventilatório)**

Senhor Secretário,

1. Cumprimentando-o, em resposta ao Ofício nº 235/2020/CONASS (0015352968), datado em 18 de junho de 2020, por meio do qual esse Órgão solicita a revisão das Portarias nº 1.514/GM/MS (Hospital de Campanha) e 1.521/GM/MS (Habilitação de Leitos de Suporte Ventilatório), dirijo-me, à Vossa Senhoria, com o propósito de encaminhar-lhe Despacho/CGAHD (0016132294), elaborado pelo Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência (DAHU/SAES/MS), que se manifesta sobre a matéria.
2. Em resposta ao pleito, o referido Departamento informou que o pleito foi atendido, vez que foram publicadas as Portarias nº 1.862/2020/GM/MS, a qual alterou a Portaria de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, e 1.863/2020/GM/MS, que alterou a Portaria de Hospitais de Campanha. Documento (0016246367).
3. Não obstante, esta Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS) coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos e diligências que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vitória Cordeiro Benvenutti Castro, Assessor(a)**, em 18/08/2020, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otavio Franco Duarte, Secretário(a) de Atenção Especializada à Saúde**, em 25/08/2020, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0016245810** e o código CRC **F15425FF**.

---

Referência: Processo nº 25000.087076/2020-14

SEI nº 0016245810



Ministério da Saúde  
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde  
Departamento de Atenção Hospitalar Domiciliar e de Urgência  
Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar

DESPACHO

CGAHD/DAHU/SAES/MS

Brasília, 07 de agosto de 2020.

Trata-se de Ofício CONASS nº 235, de 18 de junho de 2020, por meio do qual solicita revisão das Portaria de Hospital de Campanha e Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar.

Considerando que o pleito foi atendido por meio da PT/GM/MS nº 1.862, de 29 de julho de 2020 (alterou a Portaria de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar) e PT/GM/MS nº 1.863, de 29 de julho de 2020 (alterou a Portaria de Hospitais de Campanha), não há mais demandas por parte desta Coordenação.

O processo referente as alterações das Portarias está no NUP 25000.052739/2020-80.

Por fim, encaminhe-se ao NUJUR/SAES.

**RAFAEL LEANDRO DE MENDONÇA**

Coordenador-Geral  
CGAHD/DAHU/SAES/MS



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Leandro de Mendonça, Coordenador(a)-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar**, em 10/08/2020, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Melo Teixeira, Diretor(a) do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência**, em 10/08/2020, às 17:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0016132294** e o código CRC **5B60FED6**.

PORTARIA Nº 1.841, DE 28 DE JULHO DE 2020  
(Publicada na edição extra do DOU de 28-7-2020)

ANEXO (\*)

UF	CNPJ	Instituição	Valor Total do repasse
SES/AC	07.458.465/0001-30	Laboratório Central de Saúde Pública do Acre - LACEN/AC	R\$ 2.325.173,53
SES/AL	11.659.171/0001-43	Laboratório Central de Saúde Pública de Alagoas - LACEN/AL	R\$ 2.401.231,93
SES/AM	06.023.708/0001-44	Laboratório Central de Saúde Pública do Amazonas - LACEN/AM	R\$ 4.966.528,53
SES/AP	06.023.582/0001-08	Laboratório Central de Saúde Pública do Amapá - LACEN/AP	R\$ 7.212.635,43
SES/BA	05.816.630/0001-52	Laboratório Central de Saúde Pública da Bahia - LACEN/BA	R\$ 3.415.581,80
SES/CE	74.031.865/0001-51	Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará - LACEN/CE	R\$ 7.626.136,20
SES/DF	12.116.247/0001-57	Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal - LACEN/DF	R\$ 5.687.269,13
SES/ES	06.893.466/0001-40	Laboratório Central de Saúde Pública do Espírito Santo - LACEN/ES	R\$ 4.591.774,15
SES/GO	00.544.963/0001-56	Laboratório Central de Saúde Pública de Goiás - LACEN/GO	R\$ 6.538.222,17
SES/MA	06.023.953/0001-51	Laboratório Central de Saúde Pública do Maranhão - LACEN/MA	R\$ 4.910.775,74
SES/MG	03.133.408/0001-20	Laboratório Central de Saúde Pública de Minas Gerais - LACEN/MG	R\$ 2.457.770,73
SES/MS	03.517.102/0001-77	Laboratório Central de Saúde Pública do Mato Grosso do Sul - LACEN/MS	R\$ 5.012.253,11
SES/MT	04.441.389/0001-61	Laboratório Central de Saúde Pública do Mato Grosso - LACEN/MT	R\$ 3.392.556,95
SES/PA	83.369.835/0001-40	Laboratório Central de Saúde Pública do Pará - LACEN/PA	R\$ 3.469.591,65
SES/PB	03.609.595/0001-75	Laboratório Central de Saúde Pública da Paraíba - LACEN/PB	R\$ 4.259.015,62
SES/PE	11.430.018/0001-40	Laboratório Central de Saúde Pública de Pernambuco - LACEN/PE	R\$ 2.337.147,78
SES/PI	06.206.659/0001-85	Laboratório Central de Saúde Pública do Piauí - LACEN/PI	R\$ 2.620.351,10
SES/PR	08.597.121/0001-74	Laboratório Central de Saúde Pública do Paraná - LACEN/PR	R\$ 4.675.862,05
SES/RJ	35.949.791/0001-85	Laboratório Central de Saúde Pública do Rio de Janeiro - LACEN/RJ	R\$ 3.242.170,29
SES/RN	14.031.955/0001-10	Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Norte - LACEN/RN	R\$ 5.301.344,49
SES/RO	00.733.062/0001-02	Laboratório Central de Saúde Pública de Rondônia - LACEN/RO	R\$ 2.972.749,55
SES/RR	05.370.016/0001-00	Laboratório Central de Saúde Pública de Roraima - LACEN/RR	R\$ 4.184.383,13
SES/RS	87.182.846/0001-78	Laboratório Central de Saúde Pública do Rio Grande do Sul - LACEN/RS	R\$ 3.677.676,25
SES/SC	80.673.411/0001-87	Laboratório Central de Saúde Pública de Santa Catarina - LACEN/SC	R\$ 4.045.159,32
SES/SE	04.384.829/0001-96	Laboratório Central de Saúde Pública de Sergipe - LACEN/SE	R\$ 4.851.980,60
SES/SP	13.851.748/0001-40	Instituto Adolfo Lutz/Laboratório Central de Saúde Pública de São Paulo - IAL/LACEN-SP	R\$ 9.720.595,82
SES/TO	13.849.028/0001-40	Laboratório Central de Saúde Pública do Tocantins - LACEN/TO	R\$ 4.335.508,57
TOTAL			R\$ 120.231.445,62

Republicado por ter saído com incorreções do original na edição extra do DOU de 28/7/2020, nº 143, Seção 1, pág. 1.

PORTARIA Nº 1.861, DE 29 DE JULHO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 6º, do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019, resolve:  
Tornar sem efeito a Portaria nº 1.859/GM/MS, de 28 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 144, de 29 de julho de 2020, Seção 1, página 54.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA 1.862, DE 29 DE JULHO DE 2020

Altera a Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que autoriza a habilitação de leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º A habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar está condicionada à solicitação do Gestor Estadual, do Distrito Federal e do Município, por meio de ofício, considerando os critérios epidemiológicos e a rede assistencial disponível nos territórios, endereçado à Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar -CGAHD, e encaminhado por meio do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde(SAIPS).

....." (NR)

"Art. 3º O custeio referente à diária da habilitação dos leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar será transferido fundo a fundo em parcela única, no valor correspondente a 30 (trinta) dias, calculado na data de entrada em vigor da Portaria de habilitação, observado o disposto na Portaria nº 510/SAES/MS, de 16 de junho de 2020.

Parágrafo único. As habilitações de que trata o caput poderão ser prorrogadas, por igual período, a depender da situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, mediante solicitação dos gestores do SUS por Ofício, endereçado à Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar -CGAHD/SAES/MS, e encaminhado por meio do SAIPS na Proposta Aprovada anteriormente." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art. 4º da Portaria nº 1.521/GM/MS, de 15 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da união nº 113, de 16 de junho de 2020, Seção 1, pág. 34.

EDUARDO PAZUELLO

PORTARIA 1.863, DE 29 DE JULHO DE 2020

Altera a Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 1.514/GM/MS, de 15 de junho de 2020, que define os critérios técnicos para a implantação de Unidade de Saúde Temporária para assistência hospitalar - HOSPITAL DE CAMPANHA - voltadas para os atendimentos aos pacientes no âmbito da emergência pela pandemia da COVID-19, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, devido a necessidade do cenário posto pela pandemia previram o esgotamento da oferta de leitos em sua rede de saúde e, antecipando-se à crise, implantaram Hospitais de Campanha anteriormente à publicação desta Portaria, sem observar as alternativas de estratégias previstas neste artigo, deverão ser considerados para fins de habilitação dos Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar." (NR)

"Art. 5º .....

IV - qualquer estrutura existente não assistencial à saúde que o comporte, readequado para o perfil de atendimento a que se destina.

....."(NR)

"Art. 6º .....

§ 3º O Hospital de Campanha que tenha sido implantado anteriormente a publicação desta Portaria e que disponha de leitos de UTI para Síndrome Aguda Respiratória Grave -SARG/COVID-19 poderá, em caráter excepcional, solicitar a habilitação, desde que atenda aos requisitos mínimos previstos na Resolução nº 7, de 24 de fevereiro de 2010, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)."(NR)

"Art. 7º .....

II -leito de Suporte Ventilatório Pulmonar: código 08.02.01.031-8 -Diária de leito de suporte ventilatório pulmonar."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

